

A História do Tempo Presente e a Participação do Jornalismo nas Narrativas Sobre o Binômio HIV/AIDS

The History of Present Time and the Participation of Journalism in Narratives About HIV/AIDS Binomial

Pablo de Oliveira Lopes¹

André Mota²

Resumo

O discurso supostamente neutro, representativo da natureza, confere às ciências naturais posição de destaque na mídia como campo privilegiado de conhecimento, capaz de produzir verdades quase absolutas. Estudos epidemiológicos, por exemplo, lidam com números e estatísticas e emolduram comportamentos, mantendo relação estreita com regras, desejos e obrigações ligados ao processo saúde-doença. O presente artigo aborda tal questão e também as interfaces entre o Jornalismo, a Saúde, sobretudo a Medicina, e a História, com vistas à explicação da influência das questões sociais na determinação de processos patológicos e das práticas de saúde, como no caso do binômio HIV/AIDS³.

Palavras-Chave: História. Jornalismo. Medicina.

Abstract

The supposedly neutral discourse, representative of nature, gives the natural sciences a prominent position in the media as a privileged field of knowledge capable of producing almost absolute truths. Epidemiological studies, for example, deal with numbers and statistics and frame behaviors, maintaining a close relationship with rules, desires and obligations linked to the health-disease process. This article addresses this issue and also the interfaces between the Journalism, Health,

¹ Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro. Médico graduado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, é médico internista do AC Camargo Câncer Center e médico do Pronto Atendimento do Hospital Alemão Oswaldo Cruz. ORCID: 0000-0002-6779-2263

² Doutor em história da medicina pela USP (2001). Atualmente, se dedica ao estudo e pesquisa da história da Saúde Coletiva brasileira e sua particularidade no Estado de São Paulo. É Professor Livre-docente do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). ORCID: 0000-0002-5697-8628

³ Apesar do UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS) recomendar que o uso do termo HIV/AIDS seja evitado, o mantivemos no texto porque acreditamos que, sob uma perspectiva histórica e sociológica, os dois elementos estão intimamente ligados. Do ponto de vista sociocultural, citações ao HIV remetem à epidemia à qual ele está associado.

especially Medicine, and History, with a view to explaining the influence of social issues in the determination of pathological processes and health practices, as in the case of the binomial. HIV-AIDS.

Keywords: History. Journalism. Medicine.

1 A Saúde Coletiva em Perspectiva Histórica

A necessidade de estudos no campo da saúde, do ponto de vista histórico, levou a análises que explicassem a influência do social no desenvolvimento de processos patológicos e das práticas de saúde. Segundo Mota e Schraiber (2014), no caso da história da Medicina e da Saúde Pública, vários trabalhos aproximaram-se e reiteraram a compreensão da organização das instituições médicas a partir da história das doenças e das tecnologias empregadas em políticas em saúde.

De acordo com Nunes (1998), historiadores da Medicina e sociólogos da Saúde relatam que o interesse em um pensamento social em saúde não data de um passado tão recente na história ocidental. Sua formalização, por meio da criação de cursos para produção de conhecimento, ocorre no final do século XIX e início do século XX, entretanto, suas bases discursivas podem ser vistas desde o século XVII. Segundo o autor, só em 1848 a expressão “medicina social” seria registrada. Ela surgiu, na França, em meio a uma luta por mudanças políticas e sociais, e defendia o monopólio médico sobre o saber e a prática médica. Aliás, esse tem sido, na visão de Campos (2000) e também na nossa, um procedimento dominante na Medicina – o de desautorizar e desvalorizar todo saber e toda a prática sobre saúde produzidos fora de sua própria racionalidade.

Não concordamos com tal linha de pensamento e acreditamos que diversas disciplinas, instituições e estruturas contribuem para a produção do campo da saúde. Ao contrário da Saúde Pública, responsável pelo combate às endemias e epidemias, reconstruindo o espaço urbano com base na supremacia do sanitarismo sobre a esfera social, a Saúde Coletiva pretende mostrar que o campo da saúde vai além da interpretação dada pela Medicina, mostrando-se, por consequência, mais complexo e extenso.

No Brasil, a discussão sobre a criação de um área denominada Saúde Coletiva, ocorre, de acordo com Nunes (1994), em dois momentos do fim da década de 1970: em 1978, no I Encontro Nacional de Pós-graduação em Saúde Coletiva,

realizado em Salvador, e, na Reunião Subregional de Saúde Pública da Organização Panamericana da Saúde/Asociación Latinoamericana de Escuelas de Salud Pública, sediada em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e, em dezembro de 1979, quando é criada a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a ABRASCO. Tais eventos aconteceram num período em que os países da América Latina enfrentavam inflação alta, economia em recessão, desemprego e déficit fiscal. Fatores que influenciavam, negativamente, nos níveis de saúde. Era preciso, portanto, enfrentar os problemas sanitários, em um momento em que, conforme Nunes (1994), se sentia-se o esgotamento de uma determinada orientação, a da saúde pública clássica.

2 A Metodologia do Tempo Presente

A partir do panorama descrito, podemos dizer que a História está apta a compreender contextual e sociologicamente as políticas e as práticas de saúde, empregando novos temas, metodologias, problemas e alternativas que modifiquem suas interpretações, conforme indicam estudiosos do campo da História e da Sociologia das práticas médicas e de saúde.

A História tem servido, então, para apresentar evidências que justifiquem decisões tomadas no campo da saúde na sociedade contemporânea. Não cabe à História só o papel de enunciar as lições aprendidas com erros e acertos do passado. Dada a necessidade de se entender a Saúde Coletiva como um campo do saber que vai além dos conhecimentos médicos, já que é construída a partir de questões sociais, econômicas e políticas, a História ganha espaço e notoriedade agregando elementos das Ciências Humanas e Sociais em Saúde. E o faz não apenas vasculhando e analisando o pretérito, mas voltando-se para o presente, apurando o “agora”, o momento em que se vive. Sobre isso, discorrem Mota e Marques:

Tratando de dilemas historiográficos sobre acontecimentos, lugares e objetos que causam sofrimento à humanidade e a busca de sua supressão, ou seja, sobre práticas e representações em torno do adoecimento e daquilo que se considera saúde, a chamada “história do tempo presente” tem sido, nos últimos anos, instada a ocupar esse espaço a partir de sua metodologia diante dos dilemas contemporâneos, a enfrentar o acontecimento do sofrimento humano, quer no testemunho de sujeitos que vivem situações de ruptura social como epidemias modernas, migrações

forçadas, catástrofes naturais, quer para capturar a conformação de campos de conhecimento envolvendo a saúde e sua atuação na formulação de saberes e políticas, bem como na formação de profissionais. (2018, p. 15-16).

A História do Tempo Presente (HTP) dedica-se ao estudo do período que vai de 1945 aos nossos dias, deixado de lado pelos adeptos da nova história, que se interessavam pelo Antigo Regime. O termo “tempo presente” soa contraditório, já que o presente não é passado e não pode ser alvo da história. Entretanto, por intermédio de uma crítica mais atenta, pode-se perceber que o objetivo da HTP é entender o presente por meio do passado e vice-versa:

Ao optar pelo termo "presente", os historiadores desse período quiseram insistir em um ponto central. Francois Bédarida, o primeiro diretor do Instituto do Tempo Presente, destacou: "A maior inovação desta empresa é a interação entre passado e presente". (SAVAUGE, 1998, p.2)

Para o surgimento da HTP contribuíram dois fatores: uma exigência historiográfica e uma necessidade social. A historiografia do século XX, movida por um desejo de seguir rumos diferentes daqueles tomados pelas maneiras tradicionais de se fazer e escrever a história, que estavam assentadas sobre acontecimentos de natureza política, diplomática ou militar, passa a valorizar processos, estruturas e as relações entre as distintas instâncias da sociedade. Além disso, o desenvolvimento dos meios de comunicação permitiu que uma gama de documentos chegasse até os historiadores, como afirma Vengoa:

Em segundo lugar, o amplo desenvolvimento registrado pela mídia, a importante massa documental existente em situações relacionadas ao nosso presente, criou as condições para que os historiadores superassem o "trauma" dos arquivos e começassem a trabalhar em temas contemporâneos. (1998, p. 3).

Também a necessidade de responder a demandas sociais acabou levando os historiadores a se interessarem por temas contemporâneos. Vengoa (1998) pondera que a HTP resulta de profundas transformações que estão modificando as bases que sustentam a sociedade atual. Uma sociedade urbana, industrializada, com acesso a muita informação, que exige de cientistas sociais e historiadores respostas rápidas a problemas do cotidiano associados ao presente, ao que ocorre agora.

A História do Tempo Presente está marcada por grandes diferenças em relação à historiografia tradicional, como se vê na descrição de Sauvage:

Os historiadores da atualidade estão convencidos de que, no que diz respeito ao método, romperam com a historiografia tradicional. François

Bédarida apontou um conjunto de práticas que diferenciam os historiadores da atualidade de outros historiadores: o uso de novas fontes (principalmente fontes orais), a abordagem comparativa e multidisciplinar mantida pelo diálogo e intercâmbio com as demais ciências sociais; a vontade de reintroduzir a longo prazo no tempo presente; o desejo de descobrir as complexas relações entre rupturas e continuidades. (1998, p. 6).

A interdisciplinaridade, a troca de conhecimento entre profissionais de distintas áreas de pesquisa e a pluralidade de visões podem ser encaradas como vantagens da História do Tempo Presente, como observa Dosse:

Entre as realizações da História do tempo presente, devemos mencionar em primeiro lugar que os historiadores que trabalham com o presente têm a necessidade, para realizar com maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários. Isso resulta em uma abertura da prática histórica sobre outras práticas, que permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuozos entre diferentes disciplinas. (2012, p. 14-15).

E há, inclusive, historiadores que insistem em afirmar que tal intercâmbio, além de vantajoso, é fundamental, pois não se deve deixar o tempo presente a cargo apenas das ciências sociais. É o que expressa Delacroix (2018), quando relata que a maioria dos historiadores pensa como Lucien Febvre e Marc Bloch, compartilham da ideia de que não se deve abandonar o presente às outras ciências sociais, as chamadas “disciplinas do presente”, tais como a ciência política, a economia ou a sociologia.

Há, obviamente, objeções à atuação da História do Tempo Presente. Uma delas é a noção de distanciamento, considerada por alguns como imprescindível para que se faça reflexões históricas com a devida objetividade. Mas o fato de escrutinar o presente, o momento em que vive, faz do historiador um ser parcial, afeito a paixões e incapaz de entender e apreender os fenômenos? É o que indaga Bédarida (1998), que acrescenta que o maior obstáculo ao ofício do historiador do tempo presente é a função de analisar algo cujo resultado concreto e o final não são conhecidos.

Outro ponto relevante acerca da HTP é o grande leque de fontes disponíveis: escritas, audiovisuais, orais. Uma característica que carrega um bônus significativo, mas que pode agregar dificuldades ao trabalho do historiador:

O historiador da atualidade tem que enfrentar uma enorme abundância de fontes de todos os tipos (do escrito ao audiovisual, passando pelo testemunho oral). Deste ponto de vista, o historiador da atualidade é considerado um privilegiado em relação a seus colegas de outros períodos. O risco de ser privado de documentação quase não ocorre. No entanto, o

reverso da medalha é que a abundância de fontes requer escolha e seleção. O rigor do ofício do historiador entra mais do que nunca em jogo aqui. Se não se conhece o contexto, se não há um método seguro para criticar os documentos, corre-se o risco de se naufragar em um mar de palavras e imagens. É por isso que novas fontes, ou seja, aquelas que não são escritas, exigem novos métodos de análise e crítica. (SAUVAGE, 1998, p. 7).

Partindo de tais pressupostos, o presente artigo apropria-se da compreensão metodológica do tempo presente como alicerce historiográfico para estudar as questões que envolvem o Jornalismo, a Medicina e a Saúde Coletiva.

3 O Complexo Papel Jornalístico na Divulgação de Notícias Sobre Saúde: HIV e AIDS

Doenças ocupam lugar de destaque nos estudos médicos e são peça-chave para uma análise da medicalização do campo social. O discurso naturalista da Medicina acaba conferindo à ciência o poder de legitimar comportamentos e estabelecer regras de conduta. Em nome das pesquisas científicas, médicos e demais profissionais da área da Saúde orientam seus pacientes quanto ao que devem comer, de que maneira devem fazer exercícios físicos e até como deveriam conduzir suas vidas sexuais. Considerado um campo de conhecimento privilegiado, que integra as chamadas Ciências Naturais, a Medicina também pode contribuir para práticas de segregação de diferentes grupos sociais. É o que ocorre, por exemplo, com a AIDS, e é mencionado por Birman:

As epidemias representaram o campo privilegiado para a produção, reprodução e diversificação da medicalização do campo social, com o fortalecimento correlato do poder da medicina. Entretanto, a caução científica do discurso naturalista da medicina sempre colocou entre parênteses a dimensão política das práticas sanitárias. A recente epidemia de AIDS revela mais uma vez esse processo, que se repete desde o século XIX no Ocidente: em nome do discurso da ciência, legitimam-se práticas de marginalização de diferentes segmentos sociais. (2005, p. 2).

As recomendações médicas têm extrapolado o limite de consultórios, clínicas e hospitais e ganhado destaque em diversos setores da sociedade, desde as conversas cotidianas até os veículos de comunicação:

Quantas vezes, caro leitor, você presenciou ou participou de conversas sobre a relação entre hábitos alimentares e saúde? Essas conversas costumam girar em torno de um argumento básico: a inclusão ou exclusão de determinados alimentos em sua dieta poderia prevenir e/ou evitar uma

série de problemas de saúde - do câncer à impotência, passando pela queda de cabelos e o mau-hálito. (AMEIDA, 2006, p. 11).

Justamente pelo impacto sobre a vida das pessoas, é que questões como essas têm sido cada vez mais divulgadas pela mídia, ocupando espaço em revistas, jornais e programas de televisão. O que, na verdade, está em jogo em conversas do dia a dia e também nas páginas dos veículos impressos é, segundo Almeida (2006), uma complexa interação entre o conhecimento científico, a difusão de informações, a elaboração ideológica de valores e a legitimação social de comportamentos.

Pelo exposto acima, pode-se dizer que entre os diversos campos do conhecimento envolvidos na elaboração do arcabouço teórico da Saúde, está o da comunicação. A noção de mídia como prática discursiva permite seu entendimento como ator social de suma relevância nos debates que envolvem as doenças e seus desdobramentos. O discurso resulta na produção de sentido, que é uma prática social, dialógica, e, por consequência, vinculada à linguagem usada. Segundo Spink (2001), o estudo da produção de sentidos compreende a análise das práticas discursivas que permeiam o cotidiano, entendidas como as formas pelas quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais.

Em se tratando de AIDS, considerando a História do Tempo Presente, um dos elementos mais importantes é a ampla divulgação mundial da doença por intermédio dos meios de comunicação de massa, o que Spink chamou da construção da AIDS-notícia:

A expressão AIDS-notícia - título deste artigo - foi utilizada partindo do pressuposto de que a mídia contribui significativamente na construção (e eventual circulação) de repertórios acerca da AIDS, um fenômeno biomédico cuja rede de sentidos não se limitou à dimensão médica, constituindo-se em objeto específico e independente: um produto da mídia. A AIDS-notícia antecede a epidemiologia propriamente dita, assumindo papel fundamental na emergência do chamado fenômeno social da AIDS. (2001, p. 3).

Na sociedade contemporânea, a mídia assumiu um papel vital na produção de sentidos, agregando elementos imprescindíveis às práticas discursivas cotidianas, tornando-se um meio poderoso de criar e divulgar repertórios, além de proporcionar espaços de interação e troca de ideias.

Como produto social, o Jornalismo retrata a sociedade da qual faz parte, suas desigualdades e suas contradições. Tal atividade abre espaço para a inserção de

representações sociais em seu discurso, contribuindo para que indivíduos, grupos e sujeitos sociais construam seu conhecimento. Nesse sentido, segundo Arruda:

A Teoria das Representações Sociais TRS operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. A diferença, no caso, não significa hierarquia nem isolamento entre elas, apenas propósitos diversos. O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais frequentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques. (2002, p. 129-130).

Quando se fala em HIV e AIDS, o Jornalismo pode apresentar informações cotidianas, que permeiam a vida das pessoas que vivem com o HIV, dando voz a elas, e também pode ouvir os integrantes da comunidade científica, os estudiosos do tema.

Segundo Traquina (1996), o jornalismo tem predileção pelas fontes oficiais e “autoridades”, que conferem “qualidade” ao leque de fontes.

A “qualidade” da fonte mantém relação direta com a posição que ela ocupa na sociedade. Ainda de acordo com o autor, uma fonte tida como “autoridade” encontra mais voz dentro de uma notícia e suas opiniões reverberam mais do que aquelas emitidas por pessoas ou fontes que não ocupam posições de destaque, mas que também têm autonomia para se posicionar acerca de determinado assunto. Essas fontes que não desfrutam do *status* de autoridade são fundamentais, na maioria das vezes, para criar um contraponto à fala das ditas “autoridades”.

Veículos de comunicação possuem importante função social e podem contribuir para minorar o desrespeito aos direitos do cidadão. Não é diferente com o jornalismo científico, que divulga informações sobre ciência aos leigos:

O público difere, fundamentalmente, nos processos de comunicação e de divulgação científica. No primeiro caso, está identificado com os especialistas, ou seja, pessoas que, por sua formação específica, estão familiarizadas com os temas, os conceitos e o próprio processo de produção em ciência e tecnologia (C&T). No segundo caso – divulgação científica – ele é, prioritariamente, um não iniciado, quer dizer, não tem, obrigatoriamente, formação técnico-científica que lhe permita, sem maior esforço, decodificar um jargão técnico ou compreender conceitos que

respaldam o processo singular de circulação de informações especializadas. (BUENO, 2010, p. 2)

A percepção do público leigo engloba alguns equívocos, como o de acreditar que a ciência progride às custas apenas de mentes privilegiadas, omitindo a importância de um complexo sistema que envolve recursos financeiros, tecnológicos e metodológicos e dá suporte aos pesquisadores:

Evidentemente, o ensino formal da ciência favorece esta percepção ao destacar, em sua história, indivíduos absolutamente privilegiados (os cientistas geniais) e não o processo particular de produção que, muitas vezes, aniquila as individualidades. A cobertura da CT&I pelos meios de comunicação de massa (MCM) reforça esta perspectiva, porque contempla o avanço da C&T em momentos singulares, anunciando, muitas vezes com sensacionalismo, resultados de pesquisa e descobertas de grande impacto. (BUENO, 2010, p. 3).

Por carecer da alfabetização científica, o público leigo requer que as informações passem por uma espécie de decodificação do discurso especializado, com o emprego de recursos como metáforas, infográficos e ilustrações, que podem prejudicar a precisão e a qualidade das informações:

O jornalista ou o divulgador, com raras exceções, não está capacitado para o processo de decodificação ou recodificação do discurso especializado e o processo de produção jornalística pode (o que acontece de maneira recorrente) privilegiar a espetacularização da notícia, buscando mais a ampliação da audiência do que a precisão ou a completude da informação. Além disto, a não ser em situações específicas, como no caso de portais ou blogs dedicados à divulgação científica, a interação entre produtores de informações e audiência não ocorre, reduzindo-se o processo a uma mera transmissão de informações. (BUENO, 2010, p. 4).

Importante reconhecer que a decodificação do discurso especializado dá margem à discórdia entre fontes e divulgadores / jornalistas porque eles fazem parte de culturas profissionais que encaram a ciência de maneira distinta. Pesquisadores ou cientistas fazem ressalvas ao esforço de popularização da ciência que esteja baseado no sensacionalismo e são avessos a alterações textuais que comprometam suas declarações à imprensa. Para exemplificar o que agora mencionamos, recorreremos ao caso do coordenador do estudo PrEP Brasil, o médico infectologista Rico Vasconcelos, declarou ter se arrependido de dar uma entrevista à revista Época, que publicou a matéria “A outra pílula azul”, em 02 de abril de 2018:

O coordenador do Estudo PrEP Brasil, o médico infectologista Rico Vasconcelos, publicou um texto em seu Facebook onde diz estar arrependido de ter dado entrevista à Revista Época. A matéria de capa da edição desta semana é sobre a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), uma estratégia que consiste no uso diário, por pessoas não infectadas, de um comprimido azul-claro como o Viagra, chamado Truvada. Segundo a

reportagem, “desde 2014, o medicamento era comercializado em algumas farmácias brasileiras e, em dezembro, passou a ser distribuído pelo SUS”. De acordo com a matéria, “a PrEP está mudando o comportamento sexual de grupos de risco, sobretudo dos gays. Eles estão abandonando a camisinha, contribuindo para o aumento de doenças sexualmente transmissíveis”. No entanto, para Vasconcelos, o texto está “repleto de equívocos que reforçam estigmas sobre temas que já estão soterrados de preconceitos, como por exemplo o fato analisado com julgamento moral de que gays são promíscuos, ou que somente os gays precisam se preocupar com HIV”. (REVISTA FÓRUM, 2018, p. 1).

Nesse sentido, torna-se fundamental a análise da atividade exercida pelo jornalismo, levando-se em conta as matérias produzidas e a abordagem de temas que dizem respeito ao binômio HIV/AIDS. Para tanto, foram selecionados três textos jornalísticos, publicados na internet, que serão discutidos a partir da perspectiva da análise do discurso, dirigida à construção da AIDS nos principais jornais do país, apresentada por Antônio Fausto Neto em “Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a Aids”. Dois dos textos são do portal G1 e o outro do jornal Folha de S. Paulo.

Em seu livro, Fausto Neto (1999) mostra como os jornais anunciaram a doença, desde seu aparecimento na mídia impressa, apontando as estratégias de produção de sentidos a partir das falas de médicos, religiosos, políticos e leitores comuns. O autor discorre, em detalhes, sobre tudo o que se falou acerca da enfermidade e demonstra que a linguagem não se presta apenas à inteligibilidade social, mas constitui um instrumento de atualização das relações de força na sociedade.

A opção por notícias publicadas na internet se explica pela importância que a rede mundial de computadores alcançou como recurso para obtenção de informação: segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), a *web* é o segundo meio de informação preferencial, tendo sido mencionado por 49% dos entrevistados.

Os grupos Folha e Globo constituem dois dos maiores conglomerados de mídia brasileiros, o que confere a eles grande destaque no cenário jornalístico nacional, justificando a presença do jornal Folha de S. Paulo e do portal G1 no presente artigo.

Analisando-se a matéria jornalística intitulada “Pílula anti-HIV: saiba os efeitos do remédio e como será usado para a prevenção da doença”, veiculada pelo G1, em 31/05/17, verifica-se que são consultados três profissionais que o portal de notícias chama de “especialistas no assunto”. São médicos infectologistas, que forneceram

as informações necessárias à elaboração de uma matéria curta, escrita em formato de perguntas e respostas. São seis as questões propostas pelo veículo jornalístico: “Estou no grupo que vai receber o medicamento?”; “O que é o medicamento?”; “O que é PrEP?”; “Como o remédio vai agir no meu corpo?”; “Se esquecer de tomar um dia, o remédio perde a eficiência?”; “Quais são os efeitos colaterais?”.

Em tom didático, as perguntas são respondidas e a matéria esclarece o que o veículo define como importante. Nota-se que a voz presente na matéria é a dos médicos, prevalecendo o discurso médico-científico. Nenhuma outra fonte foi ouvida. O G1 apresenta a pergunta inicial na primeira pessoa do singular (“[Eu] estou no grupo que vai receber o medicamento?”), colocando palavras na boca de um suposto integrante dos chamados “grupos-chave” ou “populações-chave”, mas, em nenhum momento, essa pessoa aparece. Ela não tem nome, endereço, idade. Enfim, ela não é identificada.

Na quarta questão, observamos, novamente, indícios de que o veículo jornalístico tentou aproximar-se de seus leitores e de potenciais usuários da PrEP ao redigir a indagação na primeira pessoa do singular. Isso fica claro com o emprego do pronome possessivo “meu”: “Como o remédio vai agir no meu corpo?”. Entretanto, não se identifica quem faz a pergunta: seria um homem? Seria gay? Profissional do sexo? Não se ouve a voz de quem pergunta. Por outro lado, um dos médicos, Caio Rosenthal, é devidamente identificado, pois seu nome é revelado, e ele ainda aparece dando declarações em um vídeo, que abre a matéria.

Na matéria “Medicação que previne contágio por HIV passa a ser oferecida em SP”, publicado pelo G1, em 18/01/18, já no subtítulo, verificamos o uso da expressão “grupos de risco”. A linha fina, termo empregado no jargão jornalístico, que equivale a subtítulo, aponta: “Profilaxia Pré-Exposição, ou PrEP, terá distribuição gratuita limitada a grupos de risco em quatro postos de saúde na capital paulista em um primeiro momento”. O termo “grupo de risco” é usado no meio médico e deriva do conceito de “risco”, aplicado na Epidemiologia. Segundo os epidemiologistas, “risco” é a probabilidade de ocorrência de uma doença, agravo, óbito ou condição relacionada à saúde, em uma população ou grupo, durante um período de tempo determinado.

Embora consagrada, a expressão “grupo de risco” pode não ser a mais adequada no contexto em que está inserida a matéria jornalística em questão. Os

vocábulos ligados à Epidemiologia denotam, uma vez mais, a preponderância da visão médica sobre as demais áreas do conhecimento, algo que remonta à história da Medicina, e é parte da biomedicalização de assuntos como a PrEP. Tal visão contrária, como já se viu, a noção de Saúde Coletiva, campo de estudos que amplia a noção de saúde para além das fronteiras médicas.

Pode-se indagar se o conceito de vulnerabilidade não deveria ter aparecido na matéria do portal do Grupo Globo. O termo “vulnerabilidade”, que no campo dos direitos humanos refere-se a grupos fragilizados, jurídica ou politicamente, na garantia de seus direitos à cidadania, já foi incorporado à área da Saúde. Isso resulta da intersecção com outras áreas do conhecimento, como o Direito, e do ativismo frente à AIDS.

A palavra “vulnerável”, em contraposição a “grupo de risco”, não coloca sobre gays, outros homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo e pessoas trans o estigma que muitas vezes já acompanha tais segmentos populacionais e os afasta dos serviços de saúde. A escolha das palavras diz respeito não só à construção do texto. Ela ultrapassa as fronteiras da semântica.

No texto “Droga que previne HIV pode levar a mais relações sexuais sem camisinha”, publicado pela Folha de São Paulo, em 06/06/18, as fontes ouvidas são todas da área da Saúde. Médicos predominantemente. Há uma predileção pela fala das “autoridades”. Pessoas vivendo com HIV e que se enquadram nos critérios de uso da profilaxia não são incluídos na matéria.

4 Considerações Finais

Em meio às questões que envolvem Medicina, Ciência, Saúde Coletiva, e sociedade, aparece o Jornalismo. É crescente a participação de veículos de comunicação na divulgação de informações referentes à Ciência, sobretudo de seus impactos no cotidiano das pessoas. Assim, torna-se relevante repensar as relações entre as mais diversas áreas do saber e a imprensa, e o papel da divulgação da informação para a construção da cidadania.

Assim sendo, este texto questiona: na elaboração de textos jornalísticos sobre a infecção pelo HIV e a AIDS, o discurso médico e científico é hegemônico ou leva-

se em consideração a visão de profissionais de outras áreas do conhecimento? A interdisciplinaridade, vertente que sobressai na Saúde Coletiva, é valorizada pelos jornalistas?

A retórica jornalística deve ir além das declarações médicas, já que a Saúde é um tema de múltiplas facetas, que abrange elementos sociais e políticos. Sociólogos, cientistas políticos, historiadores, economistas e tantos outros profissionais podem contribuir para discussões acerca da Saúde, na dependência da doença sobre a qual se fala. É preciso avaliar, em profundidade, a linguagem jornalística empregada na divulgação científica, pois a linguagem não se presta apenas à inteligibilidade social, mas constitui um instrumento de atualização das relações de força na sociedade.

A linguagem é capaz de nos apresentar os papéis desempenhados pelos indivíduos em uma sociedade e pode constituir-se em uma forma de representação mental. É possível desenvolver um estudo com base no inventário cronológico dos vocábulos, buscando seu significado de acordo com os valores impostos pelo discurso discriminatório de quem os utiliza. Dessa maneira, segundo Tucci Carneiro, “a mentalidade de uma época pode ser delimitada baseando-se no estudo do léxico.” (1994, p. 24).

Palavras assumem conotações distintas na dependência não só do contexto em que são empregadas, mas da ideologia de quem as usa. Isso se aplica às narrativas midiáticas sobre pessoas vivendo com HIV e AIDS. Noções, conceitos, comportamentos, atitudes e políticas públicas são influenciados por discursos, cujas estruturas dependem dos vocábulos usados e do que significam.

A mídia, por vezes, é acusada de sensacionalista e deformadora de declarações, mas, segundo Charaudeau (2018), ela defende-se destacando seu papel no direito democrático que todo cidadão tem de se informar. Daí a importância de se analisar as práticas jornalísticas e a maneira pela qual a informação sobre Saúde chega ao público.

Relação das fontes primárias

ARIEDE, Natália. **Medicação que previne contágio por HIV passa a ser oferecida**

em SP. G1. [Site]. 18 jan. 2018. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/medicacao-que-previne-contagio-por-hiv-passa-a-ser-oferecida-em-sp.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2019.

COLLUCCI, Cláudia; VERSOLATO, Mariana. **Droga que previne HIV pode levar a mais relações sexuais sem camisinha**. Folha de S. Paulo. [Site]. 06 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/droga-que-previne-hiv-pode-levar-a-mais-relacoes-sexuais-desprotegidas.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2019.

DANTAS, Carolina. **Pílula anti-HIV: saiba os efeitos do remédio e como será usado para a prevenção da doença**. G1. [Site]. 31 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/aids/noticia/pilula-anti-hiv-saiba-os-efeitos-do-remedio-e-como-sera-usado-para-a-prevencao-da-doenca.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Referências

ALMEIDA, Marco Antônio de. Prefácio. In: LUIZ, Olinda do Carmo. **Ciência e risco à saúde nos jornais diários**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Cescó, 2006. p. 11-16.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n117/15555.pdf>. Acesso em 16 mar. 2019.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 20, p. 19-27, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=123023>. Acesso em: 30 maio 2019.

BIRMAN, Joel. A Physis da Saúde Coletiva. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 15, supl., p. 11-16, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a02.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1988.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 maio 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O discurso da intolerância: Fontes para o estudo do racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: contexto, 2018.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? . Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709/8049>. Acesso em: 31 maio 2019.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/> 2014. Acesso em: 31 maio 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

MOTA, André; MARQUES, Maria Cristina da Costa. História do Tempo Presente, a Democracia Oligárquica e a Crise da Saúde no Brasil. In: _____. **História, Saúde Coletiva e Medicina**. São Paulo: Hucitec, 2018.

MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. Medicina Sob as Lentes da História: Reflexões Teórico-Methodológicas. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1085-1094,

abr. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401085&lng=en. Acesso em: 21 maio 2019.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: História e Paradigmas. Botucatu, **Interface (Botucatu)**, v. 2, n.3, p. 107-116, ago. 1998. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000200008. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Saúde Coletiva: História de uma Ideia e de um Conceito. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412901994000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 30 maio 2019.

Prevenção do HIV: Médico Infectologista Diz se Arrepende de Ter Dado Entrevista à Época sobre PrEP. Revista Fórum. **[Site]**. Disponível em:
<https://www.revistaforum.com.br/prevencao-do-hiv-medico-infectologista-diz-se-arrepende-de-ter-dado-entrevista-a-epoca-sobre-prep/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SAUVAGE, Pierre. Una Historia del Tiempo Presente. **Historia Crítica**, n. 17, p. 59-70, jul./dez. 1998. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81111329005>. Acesso em: 30 maio 2019.

SPINK, M. J. P. et al. A Construção da AIDS - Notícia. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 4, p. 851-862, 2001. Disponível em:
<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2001.v17n4/851-862/pt>. Acesso em: 21 maio 2019.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: _____. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1996.

VENGOA, Hugo Fazio. La Historia del Tiempo Presente: Una Historia en Construcción. **Historia Crítica**, n.17, p. 47-57, jul./dez. 1998. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81111329004>. Acesso em: 30 maio 2019.